

O Programa Bolsa Família conforme Zero Hora: a realidade e a versão

Cristiane Redin Freitas

Resumo: O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise crítica e ética das notícias veiculadas pelo jornal *Zero Hora*, sobre o *Programa Bolsa Família (PBF)* do Governo Federal. O *PBF* é uma política brasileira de transferência de renda, destinada a famílias em situação de pobreza. Atualmente, o *PBF* já atinge 11 milhões de famílias que melhoraram sua qualidade de vida, principalmente no que se refere a alimentação, habitação, saúde e escolaridade. Neste trabalho, procuramos apresentar alguns aspectos importantes para compreender como é feita a veiculação de notícias a respeito de determinados fatos. Nosso primeiro passo é mostrar a realidade da comunicação no cotidiano das pessoas. Vemos que a mídia constrói a realidade e influi na constituição de nossa subjetividade. O que é veiculado torna-se pauta das discussões diárias e o que não é transmitido, passa a não existir (Guareschi e Biz, 2005). Apresentamos, também, os referenciais de ideologia e ética, que iluminarão nossa posterior análise e interpretação das notícias. Entendemos ideologia como o uso de formas simbólicas para criar ou sustentar, relações de dominação (Thompson, 1995). A Ética é uma ação dialógica e uma instância crítica e propositiva de como as coisas devem ser, no que diz respeito às relações humanas (Dos Anjos, 1996). No segundo passo, trazemos esclarecimentos críticos sobre o *PBF* e mostramos dados reais que apontam para a remoção, de grande parte da população, da situação de extrema pobreza (Wessheimer, 2006). No terceiro e último passo, analisamos 20 notícias do jornal *Zero Hora*, em que percebemos um posicionamento negativo em relação ao *PBF* omitindo dados reais sobre o programa, que demonstram um impacto positivo na população brasileira. Não questionamos o fato de um meio de comunicação poder se posicionar, o que criticamos é o julgamento parcial deste meio, que omite partes importantes do fato e obstaculiza a compreensão crítica do fenômeno.

Palavras-Chaves: *Zero Hora*, Notícias, *Programa Bolsa Família*, Ética e Ideologia

Introdução

Os meios de comunicação se constituem nos principais veículos pelos quais a população se mantém informada a respeito do que acontece no país, no mundo ou na cidade, nos dias de hoje. Certamente, os “donos” desses meios de comunicação expõem, na veiculação de suas notícias, sua opinião sobre elas. Neste sentido, este estudo vem com o

objetivo de investigar a opinião de um jornal de grande circulação em Porto Alegre, *Zero Hora*, a respeito do *Programa Bolsa Família (PBF)*.

O *PBF* foi escolhido por ter se tornado uma estratégia do Governo Federal para combater a pobreza e a miséria do Brasil. Um estudo anterior realizado sobre o *PBF* (Freitas, 2009), mostrou-nos alguns impactos desse Programa na vida de 20 beneficiárias. Assim, desbravando um número de 20 notícias veiculadas sobre o *PBF*, pelo jornal *Zero Hora* e comparando com dados reais a respeito da repercussão do programa no Brasil, podemos identificar a especificidade desse jornal sobre o *PBF*, principalmente no que se refere à seleção dos aspectos que foram privilegiados e os juízos de valor que esse veículo procurou transmitir.

Este artigo percorre os seguintes itens: 1. A realidade da comunicação no cotidiano, onde propomos uma reflexão teórica a respeito do fenômeno da comunicação nos dias de hoje e no cotidiano das pessoas; 2. Ética e Ideologia, onde esclarecemos os conceitos de ética e ideologia que entendemos como fundamentais para a análise posterior das notícias; 3. O *Programa Bolsa Família*, onde falamos um pouco sobre o programa e trazemos alguns dados de seu impacto na população brasileira e 4. Apresentação das notícias, análise e interpretação, onde provocamos uma reflexão, sob a luz da ética e da ideologia, sobre essas notícias.

Neste trabalho, trazemos a definição de ideologia como o uso de formas simbólicas para criar ou sustentar, relações de dominação (Thompson 1995). Ideologia é, então, uma prática, uma maneira de se fazer. Para se dizer se algo é ideológico, necessitamos mostrar que seu uso, emprego, serve para tal propósito, isto é, para criar ou manter relações injustas, desiguais. Já a Ética é colocada como uma instância crítica e propositiva de como as coisas devem ser no que diz respeito às relações humanas. Tal instância crítica é instituída e construída através da ação comunicativa, isto é, numa ação dialógica, onde os atores estão em situações de igualdade e onde ninguém é constrangido ou forçado a realizar determinadas ações (Dos Anjos, 1996).

Utilizamos estes referenciais como uma luz ao nosso estudo. Por isso, cabe ressaltar que a análise e interpretação das informações coletadas é parte essencial de qualquer investigação. Essa discussão é realizada na intenção de examinar se as notícias veiculadas têm uma raiz ética ou ideológica.

Uma das funções centrais do jornalismo é a criação de novos sentidos simbólicos. Podemos dizer que temos um problema ideológico e ético quando a capacidade de crítica e a liberdade entram em jogo. A consequência disso é verificar até que ponto os seres humanos conseguem se manter conscientes das ações e estratégias dos editores para veicular uma

notícia de forma parcial, dando a ela um juízo de valor, como se fosse o fato em sua totalidade.

É importante deixar claro que reconhecemos que as opiniões provenientes dos editores das notícias são o que dão peculiaridade ao jornal. Contudo, esta opinião deve estar pronunciada de forma clara e não inserida no conteúdo da notícia, o que acarreta na absorção, por parte do leitor, da informação como um fato verdadeiro e não como o julgamento do editor.

Nossa intenção com este trabalho é provocar reflexões a respeito do que é noticiado à população como verdade, sem que o fato em si seja mostrado em toda a sua amplitude. Como vemos, os meios de comunicação assumem um lugar cada vez mais próximo do telespectador. Mesmo que, os editores dos jornais possam se posicionar, devem ter a ética de mostrar o fato em si, como no caso do *PBF* que, no final do ano de sua implantação já atendia mais de 5 milhões de famílias (Weissheimer, 2006).

Partimos para o entendimento de como os meios de comunicação estão inseridos no cotidiano de uma população e sua importância na atualidade.

1. A realidade da comunicação no cotidiano

Os meios de comunicação de massa, que designamos aqui pelo conceito de “mídia”, constituem-se numa dimensão fundamental e central das sociedades modernas. O pesquisador Thompson (1995), chama a esse fenômeno de “mediação da sociedade moderna”. Todas as dimensões de uma sociedade, desde a economia, como a educação, a religião, o esporte, a cultura, são incompreensíveis, hoje, sem que se leve em consideração a mídia. Castells (1999), nos mostra como o mundo contemporâneo adquiriu características totalmente novas, com a instituição de um novo “modo de produtividade”, baseado na informação e na comunicação (p.32-34).

Sendo assim, percebemos que os meios de comunicação estão presentes maciçamente em nosso cotidiano. Seja na rádio, na televisão, nas revistas e nos jornais, estamos cercados de notícias, acontecimentos, críticas, etc. Este fato nos coloca a reflexão de que a mídia é onipresente na vida cotidiana de uma população (Thompson, 1998) e está no centro de nossas vidas, seja em nossas conversas, na companhia que nos faz quando estamos sós em casa, no caminho do trabalho e em todos os espaços que permitimos que ela entre.

Assim, podemos afirmar que a mídia constrói a realidade, pois o que é veiculado por ela nos deixa informados e com a idéia de que o que nos é passado é verdadeiro. Entendemos realidade aqui como algo que existe, que é concreto. Guareschi (2005), aponta que, se algo

deixa de ser transmitido pela mídia, deixa de fazer parte de nossa realidade. Apesar de acreditarmos que podemos criticar os meios de comunicação, acabamos recebendo as informações ingenuamente. Portanto, a mídia constrói uma nova realidade social e simbólica pois “quando certos assuntos deixam de ser veiculados, deixam de existir para a população” (Guareschi e Biz, 2003, p.16).

Ao mesmo tempo em que constrói a realidade, a mídia dá a essa realidade uma conotação valorativa, diz se aquilo é bom ou ruim, certo ou errado. Dessa forma, as notícias são passadas carregadas de alguma verdade, que é, provavelmente, o posicionamento que o jornal quer passar para a população. Sabe-se que a seleção sobre o que é ou não um fato jornalístico já pressupõe, por si só, uma escolha, um julgamento. Portanto, quando a manchete é escolhida ou a colocação de uma determinada notícia como destaque, já revela a posição dos editores. Por isso é difícil falar em neutralidade e objetividade em um veículo de comunicação (Guareschi e Biz, 2003).

Essa dimensão valorativa, acaba influenciando, as condutas e as motivações das pessoas, pois, os meios de comunicação pautam a agenda do que o povo pode ver, ouvir e falar. A maioria das conversas do dia-a-dia é agendada pela mídia, que se torna sua fonte quase que exclusiva. Percebemos então, que nossa liberdade de reflexão fica limitada, porque quando certos assuntos deixam de ser veiculados pela mídia eles deixam de existir para a população. Pode se dizer que isso é uma forma de condicionamento, pois o que não é noticiado passa a não existir e, portanto, não faz mais parte das conversas cotidianas, enfim, da realidade (Guareschi e Biz, 2003).

O paradoxal disso é que a mídia, que teria como função básica comunicar, informar, analisar, passa a assumir um papel importante quando oculta, para grande parte da população, fatos que ela não deseja que *existam*. A força da mídia, numa sociedade em que ela tem “donos”, como é o caso brasileiro, não está, pois, apenas no que diz, mas também, no que silencia. Finalmente, a mídia se constitui num novo personagem, que fala conosco, sem que possamos responder a ele, muitas horas por dia. Tal relacionamento vertical influencia na construção de nossa subjetividade.

Novamente, afirmamos que não somos contra o posicionamento dos meios de comunicação sobre os fatos que viram notícia. O que acreditamos ser importante é ter acesso ao fato jornalístico em sua totalidade e não de forma parcial, onde o julgamento do editor já está embutido na notícia, sendo omitidas partes importantes daquele fato. A escolha de determinados fatos e notícias ficará mais clara na análise que faremos sobre o *PBF* na visão do jornal *Zero Hora*.

Neste momento, passamos a nos dedicar aos referenciais de ideologia e ética que norteiam nossa posterior análise das notícias.

2. A ideologia e a ética

Pelo fato de nossa análise fundamentar-se no referencial da ideologia e da ética, queremos deixar claro o que entendemos por esses conceitos.

Entre as dezenas de acepções do termo ideologia, escolhemos o apresentado por Thompson (1995), que se refere ao uso de formas simbólicas para criar, ou sustentar, relações de dominação. Ideologia é, então, uma prática, um uso, uma maneira de agir. Para dizer se algo é ideológico, necessitamos mostrar que seu uso, emprego, serve para criar ou manter relações injustas, desiguais.

As formas simbólicas incluem ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças (Thompson, 1995). As formas simbólicas são intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais (Thompson, 1995).

Distinguimos “poder” e “dominação”. Poder é a capacidade, a qualidade, de pessoas singulares ou grupos “poderem” fazer algo. Nesse sentido, todos os que “podem” fazer algo, têm poder. Já por dominação designamos uma *relação*, que se materializa, em geral, no fato de alguém tirar, expropriar, de maneira injusta, desigual, os poderes de outros. Dominação implica, pois, uma dimensão ética, implica em algo valorativo.

No que diz respeito à ética, a entendemos como uma instância crítica e propositiva de como as coisas devem ser no que diz respeito às relações humanas; tal instância crítica é instituída e construída através da ação comunicativa, isto é, numa ação dialógica, onde os atores estão em situações de igualdade e onde ninguém é constrangido ou forçado a realizar determinadas ações (Dos Anjos, 1996). Tal ética é, geralmente, denominada como “ética do discurso”, pois tem como fundamento uma comunicação em pé de igualdade onde, na busca do melhor argumento, se chega ao estabelecimento de um acordo, mesmo temporário, ou raras vezes a um consenso.

Quando um meio de comunicação se expressa de forma parcial, onde partes de um fato são ocultadas para que seja dada maior ênfase ao posicionamento de um editor, ou “dono” do veículo de comunicação, nos questionamos sobre qual ética está implícita neste ato. Também, se a escolha de determinada parte, não se baseia em uma estratégia ideológica.

No momento em que as pessoas são levadas a acreditar que somente parte daquela informação representa a informação como um todo, o jornal condiciona as pessoas à

impossibilidade de agir com consciência e sem chance de questionar, ou criticar a informação que recebem. Desse modo, os jornais procuram, propositadamente, ocultar partes da notícia para que seu julgamento torne-se a realidade, impedindo que as pessoas reflitam, critiquem, argumentem, etc.

A partir de agora, vamos fazer uma explanação sobre o PBF e trazer alguns dados atuais sobre a abrangência do programa e do impacto deste na vida de suas beneficiárias.

3. O Programa Bolsa Família

O *Programa Bolsa Família (PBF)* é um benefício concedido pelo Governo Federal que consiste na transferência direta de renda a famílias carentes. É regulamentado pela lei nº 10.836, de nove de janeiro de 2004 e tem como finalidade combater a fome e a miséria (Governo Federal, 2003). O *PBF* também dá a possibilidade de emancipação às famílias, em longo prazo, por disporem desse recurso básico, necessário à abertura para a busca da autonomia. Este programa é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e procura integrar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda (Weissheimer, 2006).

O *PBF* unificou os demais programas de transferência de renda – *Bolsa Escola*, *Cartão Alimentação*, *Bolsa Alimentação* e *Auxílio Gás*, para que houvesse mais rapidez na liberação do dinheiro às famílias pobres. Esta medida, também, reduziu burocracias e criou mais facilidade no controle dos recursos, possibilitando uma maior confiabilidade no programa, além de um pacto entre Governo Federal, Estados e Municípios, com a intenção de potencializar a ação de todos no combate à pobreza.

Para que as famílias possam adquirir o benefício concedido pelo *PBF* é necessário que elas participem do processo educacional de seus filhos, colocando-os na escola, e dos programas de saúde do Governo Federal. Conforme o decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 (MDS, 2004b), a frequência à escola e a promoção de saúde são aspectos que objetivam a melhoria das condições de vida na perspectiva de inclusão social. Segundo o MDS (2004a), tais exigências dão acesso a direitos que: “aumentam a autonomia das famílias na perspectiva de inclusão social e também ampliam as condições para o aumento nas oportunidades de geração de renda nas famílias”.

A proposta de determinadas exigências (*condicionalidades*) pretende caracterizar o *PBF* como um programa de assistência social. O cumprimento das condicionalidades depende da participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde. Essa é

a principal inovação trazida pelo programa, que, além de conceder um benefício financeiro às famílias pobres, possibilita o acesso a direitos sociais básicos, assegurados na Constituição Brasileira (Weissheimer, 2006).

Os responsáveis pelo monitoramento das condicionalidades são os ministérios. A frequência à escola é acompanhada pela Secretaria de Educação a partir do sistema desenvolvido pelo MEC (Ministério da Educação). O acompanhamento de saúde é realizado pela Secretaria de Saúde a partir dos agentes comunitários de saúde. As informações recolhidas pelos ministérios serão repassadas trimestralmente à Secretaria Executiva do Programa, que consolida as informações. Os ministérios também são responsáveis pela coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento da emancipação das famílias, de modo que os beneficiários *PBF* consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Dessa forma, o *PBF* tem como seus principais objetivos: 1) promover o alívio imediato da pobreza; 2) reforçar o exercício dos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação por meio do cumprimento das condicionalidades; 3) a superação da situação de vulnerabilidade e emancipação das famílias mais pobres do país.

O *PBF* pode ser considerado, atualmente, o maior programa de transferência de renda na área assistencial. Desde sua implantação, os impactos mais indicados foram: melhoria nas condições de vida (alimentação, habitação, vestuário, higiene e aquisição de bens móveis), aquisição de itens de necessidades básicas (alimentação, material escolar, roupas, etc.), melhorias subjetivas com relação à auto-estima e projetos de vida, organização familiar e do orçamento doméstico, ingresso, retorno e permanência das crianças nas escolas, diminuição do trabalho infantil e melhoria no desempenho escolar, maior acesso a programas educativos e de saúde, etc. (Silva, Yazbeck e Giovani, 2008; Freitas, 2009).

Em termos numéricos, foram retiradas entre 2002 e 2004 quase meio milhão de crianças do trabalho infantil, ou seja, houve uma redução de 2.988.294 em 2002 para 2.574.717 em 2004, no número de crianças entre 5 e 15 anos. Certamente, esta redução não se atribui exclusivamente ao *PBF*, mas sim à sua participação numa estrutura integrada de políticas sociais. Outros números indicam que em 2004, 97,1% dos jovens entre 7 e 14 anos estavam matriculados no ensino fundamental, sendo que a porcentagem de frequência escolar informada, que era de 51% em outubro e novembro de 2004, subiu para 61% nos três

primeiros meses de 2005 (Weissheimer, 2006). O quadro abaixo mostra como o programa tem atendido as famílias, as quais se projetou, desde a sua implantação:

INFORMAÇÕES GERAIS	População Total	189.604.313	2008
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (PNAD 2006)	12.995.195	2008
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (PNAD 2006)	22.231.781	2008
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	18.579.523	30/4/2009
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família	16.395.854	30/4/2009
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único	17.843.560	30/4/2009
BENEFÍCIOS (1)	Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	11.611.680	05/2009
(1) Contemplam os benefícios liberados e bloqueados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.			

FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2009 (MDS, 2009).

Esses dados demonstram o grande impacto do *PBF* na população brasileira e na vida de milhões de famílias. Isto representa a melhoria da situação de pobreza e miserabilidade para grande parte da população brasileira. Também evidencia um declínio da desigualdade social no país. Não queremos, com estes dados, fazer apologias ao *PBF* e sim mostrar a realidade de transformação que este programa tem provocado na vida de milhões de brasileiros.

Passamos agora para a apresentação, categorização, análise e interpretação das notícias veiculadas pelo jornal *Zero Hora*, entre os anos de 2003 e 2004.

4. Análise das reportagens de *Zero Hora* sobre o *Programa Bolsa Família*

Foram coletadas 20 notícias do *Jornal Zero Hora*, da cidade de Porto Alegre, entre os anos 2003 e 2004, todas referentes ao *PBF*. O *Jornal Zero Hora* é um dos maiores veículos de

mídia impressa do estado do Rio Grande do Sul. Tem como ideário, segundo o Atendimento ao Leitor ZH (2009), a responsabilidade empresarial, o compromisso social e comunitário, ética e integridade, defesa da democracia, da liberdade (em todos os níveis) e da igualdade, combate a preconceitos, defesa da economia de mercado, da livre iniciativa, da propriedade privada, tendo como limite o interesse social, vinculação comunitária, postura independente, isenta e liberal, separação entre as áreas editorial e comercial, pluralismo de opiniões.

As notícias apresentadas sobre o *PBF* foram agrupadas em três blocos, que correspondem à mensagem de maior ênfase, dada pelo jornal: no bloco 1. Informação, onde encontramos notícias informativas, as quais somente informam sobre o programa; no bloco 2. Fiscalização, são as notícias que dizem respeito à fiscalização; e no bloco 3: Beneficiários, são as notícias que se referem aos beneficiários do programa. As notícias estão identificadas pela data em que foram veiculadas no jornal – que não estarão em ordem devido ao seu agrupamento por semelhança - pelo título e subtítulo originais das notícias e um breve resumo, redigido pela autora desse trabalho, que trata do aspecto central da notícia. Após a apresentação do bloco, faz-se uma pequena análise de cada bloco de notícias.

1. Informação

Iniciamos com a descrição das notícias que apresentam informações sobre o programa, sua gestão e implantação no país:

- 19/03/2003: Entrevista com Ana Fonseca, secretária executiva do *Bolsa Família* “Vamos gastar melhor os recursos públicos”

Resumo: Informa sobre o *Programa Bolsa Família* e sua gestão de recursos.

- 19/09/2003: Lula adia unificação dos programas sociais

Sub-título: Lançamento do *Bolsa Família*, marcado para hoje, foi adiado pela quarta vez

Resumo: Sem o apoio de todos os governos o presidente desiste de lançar o *Bolsa Família* que reunirá cinco projetos. Falta de discussão com Estados e municípios – falta de organização.

- 19/10/2003: *Bolsa Família*, a nova estrela da área social

Sub-título: Iniciativa será comemorada com festa

Sub-título: Dúvidas de véspera – Rosane de Oliveira

Resumo: Informa sobre o *Bolsa Família* e a demora nos acordos. Fala de uma confusão na implementação e unificação dos programas.

- 20/10/2003: Governo organiza festa para lançar *Bolsa Família*

Sub-título: Sinais de recuperação – Rosane de Oliveira

Resumo: Informa sobre a festa de lançamento do programa, o qual foi adiado quatro vezes.

- 27/10/2003: *Bolsa Família* começa a ser pago hoje

Resumo: “Depois de muitos desacertos, atropelos e até disputas políticas” fala sobre o programa e a distribuição pelo país.

- 19/12/2003: Lula anuncia o fim das incertezas

Resumo: Percebe benefícios e aspectos positivos do governo Lula. Mesmo assim, aponta pequenas irregularidades.

Observamos nas notícias informativas, que datam do ano de 2003, ano da criação do *PBF*, alguns esclarecimentos sobre o programa, sempre cercados de comentários referentes à desorganização e irregularidades no seu lançamento e implementação. O jornal também apresenta uma visão preliminar negativista do governo Lula e do *PBF* e, em nenhum momento, fala de projeções ou de possíveis impactos positivos na população brasileira.

Podemos notar também, na leitura das notícias, um tom de deboche frente a criação da política, que denota que o programa não será suficiente ou não dará conta da população necessitada, como se, de início, o projeto do *PBF* já estivesse desacreditado.

A partir disso, percebemos um certo posicionamento do Jornal *Zero Hora* a respeito do *PBF*. O programa está apresentado mais como uma estratégia falida do Governo Federal, do que uma possibilidade de melhoria das condições de vida da população pobre. Parece que a “postura independente, isenta e liberal” e o “pluralismo de opiniões” que constam no seu ideário, não se fazem presentes nessas notícias, já condicionadas, de que o *PBF* está repleto de desorganizações, adiamentos e confusões. A possibilidade de que essa demora na implementação do programa possa estar relacionada com o anseio de que o programa possa estar mais maduro e qualificado para implementação, não existe. O que há é uma vontade de mostrar a população que, antes mesmo de ser implantado, o programa já tenha uma conotação negativa.

Vamos agora observar o segundo bloco de notícias que se referem à fiscalização do *PBF*.

2. Fiscalização

Este segundo bloco, apresenta notícias que dizem respeito a fiscalização das condicionalidades do programa. A fiscalização é realizada, principalmente, sobre a frequência

escolar das crianças, que é uma das principais condições para as famílias receberem o benefício. Vejamos as notícias:

- 08/09/2004: *Bolsa Família* não tem controle de frequência escolar

Resumo: Falta de fiscalização na frequência escolar.

- 09/09/2004: Editoriais: Assistencialismo e Dignidade

Resumo: Fala de uma incapacidade e fracasso do Governo em fiscalizar o programa.

- 11/09/2004: Lula manda corrigir o *Bolsa Família* até o dia 17

Sub-título: Presidente pretende marcar cumprimento de meta de cinco milhões de beneficiados

Resumo: Fala da falta de fiscalização e das falhas no programa.

- 26/09/2004: Editoriais: Contrato e reciprocidade

Resumo: Falta de controle para a fiscalização do programa, em decorrência disso as crianças não vão à escola e voltam para as ruas.

- 22/12/2004: Muda o controle sobre o *Bolsa Família*

Sub-título: Sapucaia revisou todos os cadastros.

Sub-título: Reportagens de *ZH (Zero Hora)* levaram à fiscalização do governo federal e a melhorias em site

Resumo: Por causa do Jornal *Zero Hora* o governo fiscalizou nomes repetidos e fraudes. *Zero Hora* aponta o erro do governo na fiscalização. Também fala do *site* que ficou fora do ar devido a investigação das fraudes. Aponta erro no cadastramento da prefeitura de Sapucaia.

As notícias do segundo bloco mostram, maciçamente, a falta de fiscalização do programa e as conseqüências decorrentes da não fiscalização. Novamente, não vemos aspectos favoráveis da implementação do programa. O que aparece são fatos que denotam que o programa não consegue alcançar suas metas e objetivos, dentre os quais, um deles, é manter as crianças na escola.

Esse dado entra em confronto com o que foi exposto anteriormente, sobre o impacto do *PBF* nas famílias. Para fins de lembrança, 97% dos jovens entre 7 e 14 anos estavam matriculados no ensino fundamental em 2004, sendo que a porcentagem de frequência escolar informada, que era de 51% em outubro e novembro de 2004, subiu para 61% nos três primeiros meses de 2005. Vemos que há uma contradição entre os dados reais e o que é mencionado na notícia. Isso nos leva a pensar que, novamente, o Jornal *Zero Hora*, posiciona-se de forma negativa em relação ao *PBF* e não mostra a totalidade da informação. O que

aparece é somente a parte que interessa ao Jornal, fazendo com que as pessoas o leiam e acreditem que somente estas “partes” do fato sejam o fato verdadeiro.

Finalmente, entraremos no bloco de notícias que faz menção aos beneficiários do *PBF*.

3. Beneficiários

As notícias apresentadas aqui, discorrem sobre o recebimento do programa pelos seus beneficiários. Observemos:

- 16/10/2003: Unificação de programas provoca polêmicas

Sub-título: Família aguarda ser incluída no projeto

Resumo: Existem pessoas que se cadastraram no programa e ainda não o receberam.

- 20/09/2004: *Fome Zero* vira cabo eleitoral do *PT* no sertão nordestino

Resumo: Beneficiários se sentem impelidos a votar no Presidente Lula porque o projeto de transferência de renda é dele. Os beneficiários têm medo de perder o benefício.

-19/10/2004: Editoriais: Os pobres espoliados

Resumo: Pessoas que não precisam do benefício o recebem. O *Programa Bolsa Família* precisa de correção.

- 14/11/2004: Fraudes e falta de fiscalização desviam verbas do *Bolsa Família*

Resumo: Falta de fiscalização que beneficia pessoas que não precisam do benefício e priva outras pessoas que necessitam de receberem

- 15/11/2004: Governo reconhece falhas no *Bolsa Família*

Sub-título: Ministério prevê mudança em fiscalização de programa

Resumo: Observa falhas no programa, falta de fiscalização e fraudes. Pessoas de classe média recebem benefícios destinados a miseráveis.

- 24/11/2004: *Bolsa-Família* dá dinheiro a fantasmas em Sapucaia

Sub-título: Cadastro do *Fome Zero* montado por prefeitura tem nomes duplicados ou com pequenas alterações

Resumo: Erros no cadastro, pessoas recebem o benefício sem estarem corretamente cadastradas no programa. Observa fraudes.

- 25/11/2004: Pobres vão pagar a conta do erro no *Bolsa Família*

Sub-título: Casos se repetem em Esteio

Resumo: Por causa dos nomes fantasmas a prefeitura de Sapucaia suspendeu o pagamento dos benefícios. Aponta fraude e erro da prefeitura de Sapucaia. Em Esteio uma moradora não está recebendo por ter seu nome duplicado no cadastro. Outro erro da prefeitura.

- 08/12/2004: Milhares deixam de retirar cartões do *Bolsa Família*

Sub-título: Pessoas aptas a receber auxílio não comparecem à Caixa

Resumo: Aponta erros e fraudes falando do sumiço dos credenciados. Também mostra pessoas que não necessitam do benefício e o recebem, assim como pessoas que necessitam do benefício e não o recebem.

- 26/11/2004: Aumentam indícios de fraude no *Bolsa-Família* no Estado

Sub-título: Cachoeirinha, Pelotas e Santa Cruz têm cadastros duplos

Sub-título: Safrista tem dois cartões em Santa Cruz do Sul

Sub-título: Famílias pelotenses temem perda de benefício

Resumo: Descontrole na aplicação do programa, erros no cadastro, desvios do programa, cartões duplicados. Beneficiários têm medo de perder o programa pela duplicação do cartão.

As notícias apresentadas no terceiro bloco, demonstram que a falta de fiscalização e os problemas no credenciamento prejudicam os beneficiários. Também, que existem pessoas que não tem necessidade do benefício e o estão recebendo, assim como, pessoas que precisam participar do programa e não estão sendo privilegiadas por ele.

É certo que existem problemas na fiscalização e credenciamento do programa. Contudo, cabe aqui um questionamento: essa realidade, mostrada nas notícias, é de fato a realidade da grande maioria dos beneficiários do PBF? Um programa que, hoje, atinge 11 milhões de famílias em situação de pobreza, pode ser apontado somente como uma estratégia governamental que não tem fiscalização e prejudica seus beneficiários?

É interessante notar a maneira como o Jornal *Zero Hora* toma pequenos indicadores e os amplia, construindo a partir deles um ideário, uma representação social. Para a população fica a idéia de que o *PBF* está repleto de fraudes, desorganizações, falta de fiscalização, etc. Os dados que demonstram a melhoria da qualidade de vida de 11 milhões de famílias em situação de pobreza, no que diz respeito à alimentação, escolaridade, habitação, etc. são, completamente, omitidos.

Guareschi (2002) aponta que pode haver indícios de algo real na veiculação de tais notícias, mas a representação social construída a partir daí toma uma dimensão exageradamente disforme, que não corresponde mais à realidade dos fatos.

O fato das representações sociais serem formas simbólicas faz com que elas *possam* tornar-se ideológicas e é isto que ocorre na veiculação das notícias do *PBF*. Podemos afirmar que o Jornal *Zero Hora* gera representações em que há uma ideologia de fundo, que leva os

leitores a posicionarem-se de forma negativa em relação ao *PBF*. Fica evidente o uso de uma forma simbólica, a notícia, para manter relações de poder assimétricas (Thompson, 2002).

Isso nos faz pensar em qual ética está por trás da veiculação dessas notícias? Um jornal que se diz responsável socialmente, ético e íntegro, e que age em defesa da democracia, não deveria mostrar somente a parte do fato que lhe é conveniente, mas sim a informação no seu todo.

Diante do discurso fragmentado, sem antecedentes ou anotações esclarecedoras, como é o hábito em nossos jornais, entendemos que o trabalho do leitor é buscar as causas dos fenômenos, montar o quebra-cabeça. Para tanto, é preciso um contínuo esforço de interpretação, de decifração do mundo, de curiosidade, fazendo perguntas, buscando respostas frente a uma narração posicionada e medíocre dos fatos.

Considerações Finais

A escolha de um fenômeno social para ser um fato jornalístico já pressupõe um julgamento. Portanto, quando a notícia é construída, tem em seu conjunto o posicionamento dos editores. Por isso é difícil falar em neutralidade e objetividade em um veículo de comunicação (Guareschi e Biz, 2003).

Contudo, os meios de comunicação servem para nos informar a respeito dos acontecimentos que nos cercam, em sua totalidade. O que ocorre quando um veículo de notícias suprime partes importantes do fato é que seus leitores são levados a tomar o julgamento daquele veículo como a realidade do fenômeno.

Neste estudo, vimos como o Jornal *Zero Hora* posiciona-se sobre o *PBF*. Percebemos que seu julgamento denota que o programa é desorganizado, mal fiscalizado e cheio de fraudes. Por outro lado, omite o dado fundamental que diz que o benefício já retirou 11 milhões de família da situação de extrema pobreza.

Não queremos impedir que os editores de jornais possam se posicionar, mas que o façam de forma clara, tendo apresentado a notícia em toda sua abrangência.

Como responsabilidade ética, um veículo de comunicação não deve nos condicionar à tarefa de não pensar e não criticar as notícias que divulga. O artigo 221 da Constituição Federal, traz como primeiro princípio de uma mídia, a necessidade de ser educativo. Mas educar não é dar respostas, condicionar, manipular as pessoas. Educar é fazer a pergunta, questionar as pessoas, para que elas sejam sujeitas de seus atos. É assim que se respeita a liberdade das pessoas. Por que uma notícia não pode ser educativa, informando as pessoas de maneira provocativa, oferecendo a elas as possibilidades de escolha e decisão? Na verdade,

não é bem o que se vê. De maneira geral, o que se observa é uma tendência de manter as pessoas sob controle, condicionando-as através de mensagens já carregadas de um juízo de valor. O que resta de autonomia e respeito aos ouvintes e telespectadores?

Por isso, se faz importante que o senso crítico cresça ao longo da leitura dos jornais, a capacidade de analisar por vários ângulos de uma informação, que também pode desinformar. Tudo para que não nos tornemos meros consumidores de posições já firmadas a respeito dos fatos que nos rodeiam.

Além da leitura das notícias o importante é que o leitor possa fixar-se não só no que está escrito, mas desvendar o contexto, o não dito, o silêncio, as marcas, as pegadas, as circunstâncias dos fatos da ideologia do jornal. “O interesse do leitor não deve ser tanto pelo que a notícia diz ou mostra, mas como e porque o diz e mostra” (Guareschi e Biz, 2003, p.42).

Referências

- Atendimento ao Leitor ZH. (2009). *História do Jornal Zero Hora*. Acesso em Junho, 2009. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/zerohora/swf/html_45Anos/index.html.
- Castells, M.(1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dos Anjos, M.F. (1996). Apresentação. In: Dos Anjos, M. F, e Lima, J. R. *Ética e Direito: um diálogo*. Aparecida: Ed. Santuário.
- Freitas, C. (2009). “*Ele dorme e se acorda comigo*”: representações sociais do Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS.
- Governo Federal. (2003). *Lei 10.836*. Acesso em: Setembro, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Ato2006/2004/Lei/L10.836.htm>.
- Guareschi, P. (org.) (2002). *Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política*. Porto Alegre: Evangraf.
- Guareschi, P. e Biz, O. (orgs.). (2003). *Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social?*. Porto Alegre: Evangraf.
- Guareschi, P. e Biz, O. (2005). *Mídia, educação e cidadania: tudo o que vocês deve saber sobre mídia*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2004a). *Bolsa Família: Perguntas e respostas*. Acesso em: Setembro, 2006. Disponível em: <http://200.152.41.8/bolsafamilia02.asp>.

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2004b). *Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004*. Acesso em: Setembro, 2006. Disponível em: http://200.152.41.8/decreto5_209.pdf.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2009). Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. *Informações Bolsa Família*. Acesso em: Junho, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>
- Silva, M. O.; Yazbek, M. C. e Giovanni, G. (2008). *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. (4 ed.) São Paulo: Cortez.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- Thompson, J. B. (1998). *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- Wessheimer, M. A. (2006). *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.